

A prática profissional do Serviço Social português

Ângela Maria Pereira da Silva
Viviane Luzia Prestes Anchieta
Wanda Griep Hirai
Gleny T. D. Guimarães*

Resumo – O artigo examina em que medida o Serviço Social Português¹ se caracteriza nos seguintes aspectos: a atuação do Assistente Social e os subsídios para realizar a prática profissional; o conhecimento das políticas sociais para a consolidação da cidadania, acesso aos direitos sociais como resistência à realidade de exclusão e desigualdades e de que forma o conhecimento sobre as transformações societárias repercutem no cotidiano profissional. Essa pesquisa do tipo exploratório foi realizada com duzentos e noventa e dois assistentes sociais portugueses, na cidade de Lisboa, financiada pela CAPES. Busca-se com isso, partilhar de outra realidade além da brasileira. Os resultados da pesquisa apontam para uma proximidade da concepção portuguesa, ao mesmo tempo indica diferenças e contradições se comparadas ao Serviço Social Brasileiro.

Palavras-chave – Processo de trabalho. Políticas sociais. Transformações societárias. Direitos. Cidadania.

Abstract – The article focus the extent to which Portuguese Social Service is characterized in the following aspects: the Social Assistant performance and the subsidies to have professional practice; the knowledge of the social policies to consolidate citizenship, access to social rights as resistance to the reality of exclusion and unevenness, and how the knowledge about the societal transformations echo in professional quotidian. This exploratory research was done with two hundred ninety two Portuguese social assistants, in Lisbon, Portugal, and it was financed by CAPES. The objective is to share another reality besides the Brazilian one. The results point to some proximity with the Portuguese conception, and at the same time contradictions if compared to Brazilian Social Service.

Key words – Work process. Social policies. Societal transformations. Rights. Citizenship.

Resumen – El artículo hace un análisis de que manera el Servicio Social Portugués si caracteriza en los siguientes aspectos: la actuación del Asistente Social y los subsidios para

* NEPsTAS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Processo de Trabalho do Assistente Social. *Ângela Maria Pereira da Silva* – Mestranda em Serviço Social PUCRS. *Viviane Luzia Prestes Anchieta* – Psicóloga e Participante no Núcleo de Pesquisa. *Wanda Griep Hirai* – Doutoranda em Serviço Social – PUCRS. *Gleny T. D. Guimarães* – Profª Drª Coordenadora do Núcleo de Pesquisa. Contato telefônico com as autoras através do nº do Núcleo de Pesquisa (51) 3320-3620 Ramal 4113 – e-mail: gleny@pucrs.br, angelmsilva@gmail.com; wanda.hirai@gmail.com; vivianeanchieta@yahoo.com.br.

¹ Este artigo apresenta a análise de alguns dados da pesquisa realizada no período de janeiro a julho de 2005, para realização do Pós-Doutorado em Serviço Social, na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. O instrumento para coleta dos dados foi um questionário com perguntas fechadas, porém o pesquisado tinha total liberdade para escrever sua resposta, caso não concordasse plenamente com as alternativas apresentadas. Foi utilizada a análise de conteúdo para interpretação dos dados.

realizar la practica profesional; el conocimiento de las políticas sociales para la consolidación de la ciudadanía, acceso a los derechos sociales como resistencia a la realidad de exclusión y desigualdades y de que forma el conocimiento a respecto de las transformaciones de la sociedad hacen repercusión en el cotidiano profesional.

Esa pesquisa del tipo exploratorio fue realizada con doscientos noventa y dos asistentes sociales portugueses, en la ciudad de Lisboa, patrocinado por la CAPES. Pretendemos, con eso, compartir de otra realidad, además de la brasileña. Los resultados de la pesquisa apuntan para una proximidad de la concepción portuguesa, al mismo tiempo indica diferencias y contradicciones si comparadas al Servicio Social Brasileño.

Palabras-clave – Proceso del trabajo. Políticas sociales. Transformaciones de la sociedad. Derechos. Ciudadanía.

1 Reflexão sobre processo de trabalho e prática profissional

Até o final do século XX, o discurso predominante no Serviço Social se caracterizava pela prática profissional para definir um conjunto de instrumentos e técnicas que caracterizavam a intervenção profissional. No debate contemporâneo, esta discussão está associada ao processo de trabalho, conceito este baseado nos pressupostos marxistas e que não pode ser reduzido à compreensão nas formas de intervenção profissional.

Conforme Guerra (2000), no processo de trabalho há a passagem do momento de pré-ideação (projeto) para a ação propriamente dita que requer instrumentalidade. Assim passa da abstração da vontade para alcançar resultados.

O fazer profissional do Assistente Social foi, historicamente, permeado por dicotomias entre o saber e o fazer. Na definição de suas prioridades ou na sua operacionalização, coexistem posturas diferentes, levando os profissionais às práticas diferenciadas. O saber transmitido na formação profissional integra um conjunto de conhecimentos, valores, modelos e símbolos que se acumulam no próprio fazer e que se traduzem naquilo que se conhece como prática.

Para autores brasileiros, como Iamamoto (2000), a compreensão, ao se pensar a prática profissional, já está relacionada à prática social, ou seja, existe a tendência de conectá-la diretamente à prática da sociedade; outros qualificam a prática do Serviço Social de “práxis social”, ao considerar o conjunto da sociedade em movimento e em contradições. Para a autora, o processo de trabalho gera um valor de uso a partir do modo

de produção capitalista.

O processo de produção do capital considerado como um processo que, por meio do trabalho útil, cria novos valores de uso, é um *processo de trabalho*. No processo de trabalho a atividade do homem consegue, valendo-se do instrumento correspondente, transformar o objeto sobre o qual versa o trabalho, de acordo com o fim perseguido. Este processo desemboca num produto. Seu produto é um valor de uso, uma matéria oferecida pela natureza e adaptada às necessidades humanas mediante uma mudança de forma. O trabalho se compenetra e confunde com objetos. Materializa-se no objeto, à medida que este é elaborado. E o que no trabalhador era dinamismo é, agora, plasmado no produto, quietude. O trabalhador é o tecedor e o produto, o tecido (Iamamoto, 2000, p. 53).

Segundo Cattani (1995), a partir da década de 1970, o mundo vem passando por transformações profundas na dimensão econômica, política e social, por uma transição para um modo de produção que Harvey caracteriza como modo de acumulação flexível. Através da globalização, redefiniram-se os padrões culturais, as relações sociais, os conceitos básicos do processo do trabalho. Cattani conceitua processo de trabalho como:

A atividade voltada para a produção de valores de uso para a satisfação de necessidades humanas, independente das formas sociais que assuma e das relações sociais de produção. Seu significado é eminentemente qualitativo, e refere-se à utilidade do resultado do trabalho. Já do ponto de vista do produto como processo de produção, assume um significado quantitativo, e supõe um modo definido de relações de produção que determinam as condições sociais nas quais se realiza o trabalho (Cattani, 1995, p. 182).

Segundo Duarte, as mudanças trazidas pela globalização influenciam diretamente as formas de organização de produção e, conseqüentemente, repercute no processo de trabalho do Assistente Social (2004, p. 14). Para Yasbek Martinelli e Raichelis (2005, p. 3),

O processo de reestruturação produtiva nas sociedades capitalistas contemporâneas em um mundo globalizado vem exigindo o aprofundamento da análise bem como o desvendamento dos impactos que desencadeia nos âmbitos da (des)organização do trabalho, da (contra) reforma do Estado e das transformações societárias.

Isso demonstra a associação entre os processos de precarização do trabalho, o desemprego estrutural, a crise dos sistemas de proteção social no cenário contemporâneo, entre outros.

Nesta análise, o Assistente Social é um profissional que articula o exercício do

Serviço Social e o contexto social, econômico, político do país. No discurso contemporâneo, as competências exigidas na atualidade são: o espírito empreendedor, criatividade, inovação, autocontrole, empatia, lidar com situações adversas, entre outras, características essas baseadas no modo de produção toyotista.

No senso-comum, a prática profissional está diretamente ligada às metodologias do fazer profissional. Ela pode relacionar-se ainda com as intervenções profissionais. Nessa perspectiva, “consideramos intervenção profissional a interposição consciente que se efetiva na realidade social; expressa os modos de intervir, de agir” (Rodrigues, Fernanda, 1999, p. 15).

Maria Lúcia Rodrigues (1999) define que o significado de intervenção é “estar presente” e implica o reconhecimento de um movimento intencional de ações concretas orientadas para a transformação social, tornando-se dessa forma uma dimensão privilegiada da prática profissional, objetivando-se na intencionalidade da ação que articula o pensamento e o discurso, possibilitando transformar as condições da relação de produção, de organização e de vida.

Cabe salientar os desafios postos à profissão na atualidade, tomando por referência Yamamoto² (2000):

[...] o Serviço Social requer olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua criação, desenvolvendo um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização do compromisso ético-político com interesses coletivos da população usuária.

Dessa forma, o exercício da profissão prevê competências teórico-práticas, ético-políticas, técnico-operativas para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. É ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem executadas. Yamamoto destaca:

A afirmação de um perfil profissional propositivo requer um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente. Capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo, em que “tudo que é sólido,

² Palestra realizada em Brasília, no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, em 2000.

desmancha-se no ar”. Profissional que, também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural, e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais, para deles extrair potenciais, propostas de trabalhos, ali presentes como possibilidades, transformando-as em alternativas profissionais (2000, p. 145).

Os dados da pesquisa apontam que os assistentes sociais portugueses privilegiam a prática profissional, como se poderá verificar através dos itens a seguir.

2 A atuação do Assistente Social e os subsídios à prática profissional

Em Portugal, os Assistentes Sociais utilizam determinados suportes para realizar a prática profissional, cujas opções podem considerar: o domínio teórico e prático do instrumental técnico ou a relação entre os fundamentos teóricos, análise da realidade e a aplicação do instrumental técnico, ou destacam exclusivamente o instrumental técnico ou teórico.

O instrumental metodológico e técnico é o articulador principal para a realização da prática profissional portuguesa. Guerra, ao se referir à trajetória histórica do serviço social português, indica que a prática profissional que busca a transformação social através da solução de problemas será através da competência técnica e metodológica. Em suas palavras:

[...] A definição do serviço social como uma profissão que operacionaliza hoje e ontem, uma forma de agir sobre a transformação social e a resolução de problemas através de um conjunto de métodos e técnicas específicas (2000, p. 5).

Para o serviço social português, o profissional precisa articular a teoria e a prática. Segundo o depoimento da profissional MA,³ “no dia-a-dia se aprende”, ou seja, a relação entre teoria e prática se renova no quotidiano profissional. Porém, esta relação deve estar articulada às seguintes perspectivas: provocar mudanças nos processos sociais, e/ou executar as políticas sociais, e/ou integrar a política de assistência com o social, e/ou manter a realidade social.

³ MA, profissional que proferiu um depoimento no dia 21 de abril de 2005 na UCP.

Do total de assistentes sociais, constatou-se que essas práticas resultam em distintas atuações do profissional na sociedade, nas quais 77,7%⁴ consideram como mais importante aliar o conhecimento teórico com a análise da realidade como condição para intervir gerando mudanças. A precarização e crise do Estado português, junto com os impactos da globalização, ocasionam condições de exploração do trabalho e influenciam nas condições de saúde e de vida dos usuários, na qual os profissionais entendem que a relação entre teoria e análise da realidade permite que os assistentes sociais possam intervir com vistas a mudanças nesses processos sociais.

Dessa forma, o respaldo teórico é importante instrumento que favorece o olhar crítico e propositivo para provocar mudanças nos processos sociais, desde que esse respaldo esteja subordinado aos aspectos metodológicos e técnicos da profissão. “A produção parece definir-se pela problemática de intervenção e pelas metodologias e técnicas de intervenção mais do que pelas ciências que as suportam e a quem pede emprestado o seu referencial” (Guerra, 2000, p. 5).

A intervenção dos profissionais portugueses, tal com a brasileira, tem preocupações específicas com a questão ética, direcionando a intervenção para a “satisfação das necessidades humanas específicas e para a garantia dos direitos humanos e efetivação da proteção social, trabalhando para o bem estar e realização pessoal dos seres humanos”. Estes valores estão vinculados ao Código Deontológico que o Serviço Social português adota da Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS), a partir de 1993 (Serafim, 2004, p. 28).

A relação teórica e de análise da realidade aparece de forma que o Assistente Social integra a política de assistência com o social num total de 74,6%,⁵ visto que esse aspecto demonstra a inter-relação entre teoria e compreensão do cenário social, político, econômico que repercute na vida dos usuários. O Serviço Social vive um momento onde o Estado Português condensa as articulações e tensões entre o mundo da produção e o mundo da reprodução, o que gera dificuldades teóricas em

⁴ Esse percentual corresponde ao total de 148 respostas de um universo de 285 assistentes sociais entrevistados. Os demais percentuais que relacionam a perspectiva de atuação de intervir e contribuir para a mudança dos processos sociais e das políticas sociais está relacionado da seguinte forma: 17,6% relacionam ao suporte técnico operativo; 2,7% relacionam somente aspectos técnicos; 1,4% relacionam a base teórica e 0,7% outros.

⁵ O percentual indicado corresponde a 118 respostas do total de 285. Considerando que a integração das políticas de assistência com o social, apenas 22,9% relacionam ao instrumental técnico operativo; 0,8% enfatizam nesta relação às questões técnicas; e 1,7% outros.

compreender esses dois mundos e repercute nos direitos sociais e cidadania dos usuários. Segundo Martins (1999, p. 1), “a complexidade dos problemas nas sociedades atuais exige cada vez mais, maior relacionamento” entre as políticas de assistência e o cenário econômico e político, mas também entre “o meio acadêmico, nas diferentes áreas do conhecimento e as diversas profissões do social”.

Tratando-se da Assistência Social no Brasil, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu artigo 1º, preceitua que

a assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, é política não contributiva de seguridade social, que provê os mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações, de iniciativa pública, privada e da sociedade, visando ao atendimento das necessidades básicas.

Observe-se, porém, que essa política, apesar dos avanços conquistados a partir da década de 1990, ainda pode estar sujeita a ações de tutela e reiteração da subalternidade, embora seja visto como um lugar de reconhecimento e inclusão.

Segundo Iamamoto (2000), temos a questão social como base de fundação sócio-histórico do Serviço Social no Brasil, que consiste em apreender a prática profissional como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho.

Para a autora, os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas. Volta-se para o atendimento das desigualdades que a população sofre nas mais diversas áreas, como a saúde, a habitação, a assistência social, a educação, entre outras.

Todo trabalho implica um certo saber sobre os homens em suas relações sociais e pessoais, como condições de induzir o sujeito a efetuar os propósitos desejados. O ser que trabalha constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e pensar, ou seja, uma maneira especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objetivamente existentes, delas se apropriando tendo em vista a consecução de fins propostos pelo sujeito na criação de objetos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso (Iamamoto, 2000, p. 42).

O profissional que não tem capacidade de fazer a interface entre teoria e análise da realidade vai atuar dentro da perspectiva funcionalista que defende a adaptação do

indivíduo ao meio ao qual está inserido, sem maior criticidade, reivindicações ou movimentos de resistência e luta, conforme demonstrado por 71,4%⁶ do total dos Assistentes Sociais Portugueses entrevistados. Vale recordar que Triviños (1987, p. 84) destaca:

Modernamente, a teoria funcionalista, aplicável ao estudo da estrutura social e da diversidade cultural, tem por objetivo a manutenção do sistema social e a melhoria da cultura do grupo. As partes específicas da estrutura social e da cultura de grupo operam como mecanismos que satisfazem ou não os requisitos funcionais.

Constata-se que políticas sociais tornam-se importantes instrumentos para o atendimento de demandas sociais produzidas em consequência da exclusão social decorrente do processo de globalização econômica, visto que a atuação do Assistente Social volta-se para emancipação do usuário.

Para 70%⁷ dos assistentes sociais portugueses, sua atuação profissional na sociedade destina-se à execução final das políticas sociais, tendo como suporte a relação entre a teoria e a prática. Pensa-se que sua atuação se dará de forma diferenciada na realidade portuguesa, visto que as políticas sociais decorrem de um Estado de bem-estar social, jamais implementado no Brasil.

Nogueira (2005, p. 122) pontua:

Nas últimas décadas, cresceu muito a insatisfação social com a gestão pública e boa parte da insatisfação deriva da má qualidade efetiva de alguns serviços públicos. [...] há desarranjo e baixo rendimento em diversas áreas [...] que têm a ver com decisões políticas, com financiamento escasso [...].

3 A relação entre políticas sociais com a prática do Serviço Social

As políticas sociais carregam em si perspectiva histórica e abrangente, representam um espaço a ser conquistado e apropriado pelos Assistentes Sociais como uma prática que estimula e medeia o exercício da cidadania junto aos usuários.

⁶ O percentual corresponde a 7 assistentes sociais do total de 285. Os dados complementares são: para 28,6% a mudança da realidade social ocorrerá através do instrumental técnico-operativo.

⁷ Indica-se que esse percentual corresponde a 10 profissionais do total de 285. Apenas 30% associam a execução das políticas sociais com o instrumental técnico-operativo.

As políticas sociais são contraditórias, pois contêm ao mesmo tempo um espaço de dominação e de lutas pela superação desta dominação. Quando falamos em cidadania, precisamos ter clareza que se trata de um processo inacabado, logo não existe um estado pronto para conquistas e lutas de direitos, mas a possibilidade de darmos visibilidade às políticas sociais como meio de condição cidadã, rompendo com a cultura da subalternidade.

Maia⁸ (2002) destaca que:

As políticas sociais constituem-se em um dos importantes campos desta construção e porque também não dizer “desconstrução”. Isso porque podem colocar-se como mediações instrumentais para a afirmação de um desenvolvimento societário de inclusão, equidade e justiça, marcas do NOVO MUNDO ou, por outro lado, como reforçadores da exclusão, da desigualdade e da injustiça. Exige-se mais do que nunca a compreensão, o discernimento e o protagonismo dos agentes e organizações sociais neste cenário contraditório, tenso e conflitivo, em vista da afirmação da democracia, da participação e da garantia dos direitos e da cidadania universal.

Verifica-se que 40,7%⁹ dos profissionais consideram que as políticas sociais definem os recursos e o tipo de informação a oferecer aos usuários e, em conseqüência, definem os limites e as condições do trabalho profissional. E a relação com a prática profissional ocorre através dos fundamentos teóricos, a análise da realidade e a aplicação do instrumental técnico. Esse dado demonstra que a garantia dos direitos e das responsabilidades dos usuários, do papel do Estado, parte da busca de conhecimento, leituras, atualização sobre as políticas sociais. Segundo Andrade, “a demarcação da assistência social como campo de política social pressupõe ainda a existência de mecanismos de interlocução política de múltiplas materializações” (2001, p. 282).

Pensar as políticas sociais fascina pela perspectiva de torná-las uma realidade cotidiana, um exercício de constante luta e embate que serve de mobilização. Santos destaca

⁸ 1º Seminário *Balanço e Perspectivas das Políticas Sociais no Cenário Mundial Atual*, realizado durante o II Fórum Social Mundial em Porto Alegre – Rio Grande do Sul.

⁹ Os percentuais referidos correspondem a 162 respostas do total de 398. O percentual demonstra a resposta da maioria dos assistentes sociais; as demais posições estão distribuídas da seguinte forma: em segundo lugar, a sua prática é limitada pelos recursos existentes nas políticas sociais e que para tanto o domínio teórico e prático do instrumental técnico que garante a realização da prática profissional; em terceiro, utilizam exclusivamente o domínio do técnico na medida em que os recursos das políticas sociais limitam sua prática profissional; em quarto, apontam outras possibilidades.

[...] que o débito social mundial é muito antigo e que nossa concepção de política e de política social é uma concepção limitada. Só há políticas sociais porque a política dominante é anti-social. Se a política que nós temos fosse, ela própria, uma política social, no seu conjunto, nós não precisaríamos de políticas sociais, no sentido restrito em que delas falamos. No séc. XX, nós nos habituamos muito a ver as políticas sociais em termos nacionais (país A, B, C), esta escala é importante, mas não é única, pois há um contexto internacional que hoje comanda as políticas sociais. As políticas sociais globais são políticas que já não estão ancoradas em nenhum Estado especificadamente, são políticas transnacionais (1998, p. 21).

Santos (1998) destaca que Portugal enfrenta a crise e a crítica do Estado Providência (pelo conjunto de despesas com as políticas sociais), do setor empresarial (pela acumulação de capital estatal) e do Estado paralelo pela forma de atuação estatal muito instável que desvaloriza os direitos sociais, tolerando a violação das leis, não fazendo acionar as instituições encarregadas de reprimi-las ou as dotando dos meios humanos e financeiros para o fazerem.

Nesse contexto, 20,9%¹⁰ dos Assistentes Sociais portugueses entendem as políticas sociais como residuais fragmentadas e assistencialistas por consequência, não atendem as necessidades da população, limitando o trabalho profissional. E essa relação com a sua prática profissional utiliza como subsídios os fundamentos teóricos, a análise da realidade e a aplicação do instrumental técnico. O trabalho do Serviço Social é limitador num contexto no qual o Estado português não consegue manter uma relação sustentada, entre as exigências da acumulação do capital e as medidas destinadas a legitimar o Estado junto das classes populares.

No Brasil, segundo Iamamoto (2000, p. 15), o Serviço Social

[...] tem olhado menos para a sociedade e mais para o Estado. A hipótese é a de que as relações sobre o nosso fazer profissional têm priorizado a análise da intervenção do Estado, via políticas sociais públicas, e daí extraído os seus efeitos na sociedade. Sendo a compreensão das políticas sociais, requisito fundamental para a ação profissional, importa lembrar que é o Estado que explica a sociedade,

¹⁰ A indicação desse percentual corresponde a 83 respostas de um universo de 398. O percentual demonstra a resposta da maioria dos assistentes sociais, as demais posições estão distribuídas da seguinte forma: a segunda demonstra que os assistentes sociais consideram as políticas sociais como residuais, fragmentadas e assistencialistas, não atendendo as necessidades da população, o que acaba por limitar o trabalho profissional. Nessa concepção o domínio teórico e prático é o que garante a realização da prática profissional e na terceira relacionam as políticas sociais residuais exclusivamente com a competência técnica.

uma vez que se encontram na sociedade civil os fundamentos do próprio Estado [...]. No entanto, penso ser imprescindível que olhemos para a sociedade, para o movimento das classes sociais, que têm sido relegados a uma posição de relativa secundariedade no debate do Serviço Social.

Conforme Yamamoto (2000), o processo de trabalho do Assistente Social permite dupla perspectiva: a apreensão das variadas expressões que assumem as desigualdades sociais, bem como a criação de projetos e formas de resistência da defesa da vida, essa última nem sempre tão visível, embora esteja presente no cotidiano da maioria da população que luta pela sobrevivência.

Essa perspectiva confirma o entendimento dos 21,6%¹¹ dos profissionais, os quais acreditam que o conhecimento das políticas sociais privilegia a cultura democrática, o acesso aos direitos e a participação dos sujeitos tanto na gestão, quanto no controle dessas políticas. Essa compreensão se realiza a partir da relação entre os fundamentos teóricos, análise da realidade e a aplicação do instrumental técnico. Conforme Martins (1999, p. 79), “a proposta do Serviço Social Português é vinculada ao desenvolvimento de uma política de assistência e à perspectiva de um Estado que consagre os direitos sociais e outras políticas sociais públicas”.

O Serviço Social é uma profissão marcada pela historicidade, portanto é necessária uma compreensão e análise crítica do cenário político, econômico e social. Apenas 13,3%¹² dos Assistentes Sociais Portugueses percebem o projeto neoliberal, produzindo as formas de exclusão social, e os profissionais podem-se utilizar das políticas sociais como meio de acesso aos direitos sociais, o que se evidencia através da relação teórico e prática, análise da realidade e a aplicação do instrumental técnico.

Este percentual pode estar relacionado com a perspectiva da formação oferecida

¹¹ A pesquisa revela que dos 398 assistentes sociais, 86 desses acreditam na necessidade de conhecimento das políticas sociais. O percentual demonstra a resposta da maioria dos assistentes sociais; as demais posições estão distribuídas da seguinte forma: a segunda posição considera que o domínio teórico e prático do instrumental técnico promove uma prática profissional que privilegia a cultura democrática, o acesso aos direitos e a participação dos sujeitos na gestão e no controle das políticas sociais. E, na terceira, relacionam a competência teórica que possibilita promover uma prática que privilegia a cultura democrática e, na quarta, referem-se às outras relações.

¹² Das 53 respostas obtidas em um universo de 398, o percentual citado demonstra a resposta da maioria dos assistentes sociais; as demais posições estão distribuídas da seguinte forma: a segunda posição considera o projeto neoliberal cujos reflexos incidem sobre as variadas formas de exclusão social e os profissionais podem se utilizar das políticas sociais como forma de acesso aos direitos sociais, privilegiando o domínio teórico e prático do instrumental técnico. Na terceira, enfatizam a competência teórica para compreender o projeto neoliberal e as formas de exclusão social; ainda, na

por alguns cursos de graduação na medida em que as diretrizes curriculares, de algumas faculdades portuguesas, estão baseadas, segundo Guerra, no paradigma da complexidade, na capacidade de análise socioeconômica, no reconhecimento do caráter conflitual da sociedade, na análise científica, e integração entre teoria e prática, na diversidade de modelos de intervenção e na capacidade propositiva. Na explicação desta autora estes pressupostos se caracterizam pelos seguintes elementos:

No paradigma da complexidade entendendo a realidade como sistêmica, analisando-a nas suas múltiplas dimensões, recusando análises de causalidades lineares sobre os problemas e as suas soluções; na capacidade de análise socioeconômica, na identificação das dinâmicas de mudança, evitando o fechamento da análise do social e discutindo claramente as articulações entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, cultural e ambiental; no reconhecimento do caráter conflitual da sociedade atual, na defesa do desenvolvimento de uma democracia participativa e igualitária e no pressuposto da necessidade em abrir uma diversidade de frentes de intervenção – compensatória, participativa, solidária, etc.; na capacidade de ter uma análise científica sobre objeto e sujeito de trabalho e sobre os resultados da intervenção e na recusa de um dualismo entre teoria e prática; no reconhecimento da diversidade de modelos de intervenção em serviço social e na capacidade de encontrar um posicionamento crítico por parte de cada profissional; na crítica a uma intervenção institucional, centralizadora, burocrática e funcionalista e na capacidade de promover dimensões dinâmicas e inovadoras de trabalho com indivíduos e populações (Guerra, 2000, p. 7-8).

A integração mundial traz uma dinâmica diferente, repercutindo na vida dos usuários, no acesso aos direitos sociais e isso não pode passar despercebido para os Assistentes Sociais.

Somente 1,8%¹³ dos Assistentes Sociais Portugueses não identificam uma relação entre as políticas sociais com a prática profissional, o que dificultaria garantir condições adequadas de pleno desenvolvimento da área social e tão pouco garantir os direitos sociais como o exercício da cidadania. Em algumas faculdades portuguesas, as orientações curriculares dos assistentes sociais, no que se refere ao trabalho com grupos e instituições, utilizam como referencial teórico a “abordagem sistêmica, comunicacional, a teoria dos sistemas e a sociologia da organização” (Guerra, 2000, p. 12), diferentemente dos brasileiros que utilizam como referencial o materialismo histórico dialético para as

quarta, referem-se às outras possibilidades.

diretrizes curriculares.

4 **Repercussões das transformações societárias na prática profissional**

Santos (1998) traz elementos para refletir os impactos da globalização sobre a questão social. Antes de o Estado de Bem-Estar Social entrar em crise, ele se centrava num pacto entre o Estado, o capital e o trabalho que tinham uma idéia muito simples: a de ligar ganhos de produtividade a direitos sociais, portanto, tentar criar direitos sociais com base no desenvolvimento da economia.

O Serviço Social por ser uma atividade profissional que se realiza no mercado sofre o impacto da terceira onda de transformação, na qual predomina a microinformática, os controles numéricos e a biotecnologia. Observa-se que esse processo dinâmico provoca a flexibilização e a violação de direitos sociais.

A mudança da matriz produtiva provoca uma nova gestão do trabalho em que se acentua a competitividade, onde a sociedade recebe todos esses impactos, criando uma nova configuração social em que a concentração da riqueza se fortalece e o fenômeno de exclusão recrudescer.

Cabe salientar que o processo de trabalho considera as condições do mesmo, as implicações na vida dos usuários, o acesso aos direitos sociais, priorizando recursos que atendam as demandas. O Serviço Social, na perspectiva de prática, refere-se à atuação profissional, não considerando todas essas influências que levam a uma visão individualizada, dificultando ações coletivas.

Uma pequena parcela dos entrevistados, isto é, 17,6%¹⁴ mencionam que as transformações societárias estão intimamente relacionadas com o contexto internacional e transnacional, necessitando de uma participação ativa do profissional e do usuário na sociedade. Inclusive Martins (1999) refere:

¹³ Esses percentuais correspondem apenas a sete respostas de um universo de 398.

¹⁴ O percentual corresponde a 86 respostas de um universo de 489. O percentual citado demonstra a resposta da maioria dos assistentes sociais; as demais posições estão distribuídas da seguinte forma: a segunda posição relaciona a competência teórica e técnica com as transformações societárias intimamente relacionadas com o contexto internacional e transnacional, necessitando de uma participação ativa do profissional e do usuário na sociedade. Na terceira, fazem esta relação através do domínio teórico e, na quarta, opinam outro tipo de relação.

As Ciências Sociais constituem uma outra fonte de influência do Serviço Social Português, através de duas vias. A primeira seria a do seu impacto na criação de serviços sociais e a segunda na formação que é dada nas escolas. Integrando os primeiros planos de estudo de Serviço Social, destacam-se as disciplinas ligadas à médico-pedagogia, psicopedagogia, psicopatologia, psiquiatria e psicologia do tipo clínico, que acentuam a perspectiva de readaptação dos indivíduos à sociedade, numa óptica positivista e funcionalista do Serviço Social.

Constatou-se que 36,2%¹⁵ dos Assistentes Sociais entrevistados entendem que a condição de exclusão dos usuários exige do profissional novas formas de intervenção.

A exclusão social é resultado do modelo de desenvolvimento seguido, de seqüelas de um processo secular e que adquire novos contornos com o processo de “globalização” e dos programas neoliberais, também a nova divisão social do trabalho e as mudanças aceleradas que traz. [...] A exclusão social torna-se apartação quando o outro não é apenas desigual ou diferente, mas quando o outro é considerado como “não-semelhante”, um ser expulso, não dos meios modernos, mas do gênero humano (Nascimento apud Castel, 1995, p. 25).

Tudo isso quer dizer que inclusão, segundo Castel, significa estar inserido, assistido e integrado segundo múltiplas facetas: em relação ao trabalho, ao quadro de vida, à justiça, aos serviços públicos, à educação, etc. Estar incluído é ter um lugar na sociedade. Para Sposati (2001, p. 76-77):

Somos excluídos a partir de uma condição real de inclusão da qual não fazemos parte, somos discriminados ou apartados. [...] Queremos uma sociedade onde a inclusão e os incluídos sejam da maioria à totalidade. Não posso dizer todos porque o alcance da totalidade é um lugar em continua construção. [...] Trata-se de um processo, é relacional, portanto, mutável.

O Serviço Social preconiza a atuação profissional voltada à emancipação do usuário, para que o mesmo possa enfrentar e criar alternativas de superação, postas pelas transformações societárias e 27%¹⁶ dos entrevistados compreendem que não é possível

¹⁵ O percentual representa a maioria das 177 respostas que corresponde ao universo de 489. O percentual citado demonstra a resposta da maioria dos assistentes sociais; as demais posições estão distribuídas da seguinte forma: na segunda posição, relacionam a condição de exclusão dos usuários que reflete as transformações societárias, exigindo do profissional novas formas de intervenção, cujas possibilidades ocorrem através do domínio teórico e prático do instrumental técnico. Na terceira, relacionam as transformações societárias com o domínio técnico. Na quarta, relacionam-nas exclusivamente com o domínio teórico e, na quinta, fazem outro tipo de relação.

¹⁶ O percentual indicado representa 132 respostas de 489, considerando que o percentual citado

pensar a prática profissional sem relacioná-la com as transformações societárias.

Portanto a ação profissional do Assistente Social busca conhecer o usuário e compreendê-lo em seu próprio contexto socioeconômico e cultural, contextualizado pela historicidade. Dessa forma, fortalece a autonomia dos mesmos para protagonizarem essa história. Significa que o Serviço Social prioriza a autonomia e o processo de participação.

Considerações finais

Esse artigo procurou demonstrar que os Assistentes Sociais portugueses subsidiam a prática profissional através da competência técnica, que se baseia no saber prático e na realização de uma prestação de serviço, ou seja, a competência profissional deriva do domínio metodológico, do saber fazer adquirido com a experiência durante o exercício profissional, uma valorização da prática, ou seja, "... ligação ao trabalho bem feito, ao valor do fazer" (Dubar, 1997, p. 207).

A ênfase na técnica também está relacionada aos fundamentos teóricos, à análise da realidade e à aplicação do instrumental técnico. Isso repercute nas seguintes concepções: o Assistente Social contribui na sociedade através de mudanças nos processos sociais e nas políticas sociais; a condição de exclusão dos usuários é condicionada por transformações societárias (globalização, individualização, subemprego, avanços tecnológicos, exclusão, etc.), exigindo do profissional novas formas de intervenção profissional. Esses entendimentos, que se destacam, aproximam-se da compreensão do processo de trabalho do Assistente Social na medida em que cria novos valores de uso, pois, "no processo de trabalho, a atividade do homem consegue, valendo-se do instrumento correspondente, transformar o objeto sobre o qual versa o trabalho, de acordo com o fim perseguido" (Iamamoto, 2000, p. 53).

Porém, essas concepções entram em contradição na medida em que a maioria dos profissionais também considera sua ação limitada nas políticas sociais que definem os

demonstra a resposta da maioria dos assistentes sociais; as demais posições estão distribuídas da seguinte forma: na segunda posição, não é possível pensar a prática profissional sem relacioná-la com as transformações societárias, a partir do domínio teórico e prático, na terceira, relacionam ao domínio técnico e, na quarta, ao domínio teórico e, na quinta, a outros.

recursos e o tipo de informação a oferecer aos usuários; em consequência, define os limites e as condições do trabalho profissional.

Essa contradição se torna um desafio posto à profissão, que luta pela garantia de direitos e para a emancipação dos usuários sob o prisma do contexto social, político, econômico e das transformações societárias.

Referências

ANDRADE, Marília de Carvalho Seixas. *Serviço Social e mutações do agir na modernidade*. Programa especial de doutoramento em Serviço Social. Acordo de cooperação PUCSP/ISSS – Lisboa, PUCSP, 2001.

BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, José C. Gomes. *As instituições não-lucrativas e a ação social em Portugal*. Lisboa: Vulgata, 1997.

CASTEL, Robert. *Desigualdades e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1995.

CATTANI, Antônio David. *Processo de trabalho e novas tecnologias*. Porto Alegre: Ed. da Universidade – UFRGS, 1995.

DUARTE, Ana Maria Almeida. *O grupo operativo terapêutico na promoção da saúde do trabalhador*. Trabalho de Conclusão de Curso. Canoas: ULBRA, 2004.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997. (Coleção Ciências da Educação, 24).

GUERRA, Isabel. *Reflexão sobre o ensino de Serviço Social na Universidade Católica de Lisboa*. Lisboa: UCP, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAIA, Marilene (Org.). *Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível*. Porto Alegre: PMPA, I Seminário Balanço e Perspectivas das Políticas Sociais no Cenário Mundial Atual, 2002.

MARTINS, Alcina Maria de Castro. *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa: FCG, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Fernanda. *Assistência social e políticas sociais em Portugal*. Lisboa: ISSS – Dep. Editorial; CPIHTS, 1999.

RODRIGUES, Maria Lúcia (Org.). *Ações e interlocuções: estudos sobre a prática profissional do assistente social*. 2. ed. São Paulo: Veras, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A sociedade e o Estado em Portugal (1974-1988)*. 3. ed. Porto: Afrontamento, 1998.

SERAFIM, Maria do Rosário. O reconhecimento da condição ética dos cidadãos – um imperativo para o serviço social. Revista *Intervenção Social*, Lisboa, CESDET, n. 29, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais e à pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YASBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. Editorial. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 26, n. 82, jul. 2005.